



UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA



STANLEY PLÁCIDO DA ROSA SILVA

OFICINAS PEDAGÓGICAS COMO INSTRUMENTO DE DIFUSÃO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-DOCUMENTAL

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

PATO BRANCO
2014

STANLEY PLÁCIDO DA ROSA SILVA



**OFICINAS PEDAGÓGICAS COMO INSTRUMENTO DE DIFUSÃO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO-DOCUMENTAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Câmpus Pato Branco*.

Orientador: Prof. Me. Herus Pontes

PATO BRANCO

2014



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Gestão Pública



TERMO DE APROVAÇÃO

Oficinas pedagógicas como instrumento de difusão do patrimônio
histórico-documental

Por

Stanley Plácido da Rosa Silva

Esta monografia foi apresentada às **10h55min** do dia **22 de março de 2014** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Câmpus* Pato Branco. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho **APROVADO**.

Prof. Me *Herus Pontes* (orientador)
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco

Prof. Esp. Augusto Faber Flores
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco

Prof.^a Esp. Melaine Roberta Camarotto
UTFPR – *Câmpus* Pato Branco

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às mulheres de minha vida: minha mãe Célia, minha esposa Vera e minha filha Valentina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus amigos e familiares pela constante compreensão em relação à constante indisponibilidade de tempo que tenho devido aos estudos.

À minha esposa, Vera, pelo incentivo constante e pela paciência em abrir mão de horas preciosas comigo para que eu pudesse terminar essa especialização.

Aos profissionais do Polo Itapevi pela dedicação e empenho demonstrados. Sempre solícitos e prestativos, são parte fundamental da estrutura desse curso, complementando de forma competente as ações desenvolvidas na Universidade Federal Tecnológica do Paraná para a realização dessa especialização pela Universidade Aberta do Brasil.

Aos professores do curso e aos tutores – presenciais e a distância – pela constante interação com vistas ao melhor aproveitamento dos estudos por nós alunos. À professora Maria de Lourdes Bernartt pelo início da orientação deste trabalho e ao professor Herus Pontes pela sua finalização.

Por fim, sou especialmente grato à minha filha, Valentina, que, desde seu nascimento, me deu outra perspectiva ao contemplar o mundo e me motiva dia após dia a ser uma pessoa melhor.

"O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são."

(Protágoras)

RESUMO

SILVA, Stanley Plácido da Rosa. **Oficinas pedagógicas como instrumento de difusão do patrimônio histórico-documental**. 2014. 48f. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar os limites e possibilidades das oficinas pedagógicas para graduandos e professores como estratégia de difusão do patrimônio histórico-documental. Para isso, traçamos um breve histórico sobre os Arquivos Públicos para, em seguida, discorrer sobre a difusão cultural em arquivos e as ações educativas. As fontes principais objeto de análise foram os relatórios anuais do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa e do Núcleo de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo, complementadas pelos relatórios individuais de cada oficina e pela bibliografia pertinente ao tema.

Palavras-chave: Arquivo Público do Estado de São Paulo; Difusão cultural em arquivos; Ação educativa em Arquivos; Oficinas pedagógicas.

ABSTRACT

SILVA, Stanley Plácido da Rosa. **Pedagogical workshops as a tool for disseminating historical and documentary heritage.** 2014. 48f. Monografia (Especialização em Gestão Pública). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

Abstract: The objective of this work is to consider the limits and possibilities of pedagogical workshops for undergraduate students and faculty as a tool to the historical-documentary heritage dissemination. For this, we trace a brief history of the Public Archives to then discuss the cultural diffusion in archives and her educational activities. For this analysis it was used as primary sources the annual reports of the Center for Dissemination and Support for Research and of the Educational Action of the Public Archives of the State of São Paulo, complemented by individual reports of each workshop and by the relevant bibliography about the theme.

Keywords: Public Archive of the State of Sao Paulo; Cultural outreach in Archives; Educational action in Archives; Pedagogical workshops.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Especificidades das instituições de Memória.....	14
Figura 1 – Organograma do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa do APESP.....	19
Gráfico 1 – Comparativo do número de acessos – Site APESP e Revista Histórica (2008-2012).....	20
Gráfico 2 – Emissão de Certidões: 2008-2012.....	22
Gráfico 3 – Atendimentos – NAPe e NAPu: 2008-2012.....	23
Gráfico 4 – Visitas Monitoradas: 2008-2012.....	25
Gráfico 5 – Oficinas Técnicas: 2008-2012.....	26
Gráfico 6 – Conhecendo o Deops: história e memória – Público atendido em 2012-2013.....	27
Gráfico 7 – Número de acessos anuais das exposições virtuais: 2008-2012.....	30
Gráfico 8 – Avaliação da oficina pelos alunos – Graduandos (%): 2/2012.....	33
Gráfico 9 – Contribuições da oficina para os alunos – Graduandos (%): 2/2012.....	34
Gráfico 10 – Avaliação da oficina pelos alunos – Graduandos (%): 1/2013.....	35
Gráfico 11 – Contribuições da oficina para os alunos – Graduandos (%): 1/2013...	36
Tabela 1 – Distribuição de Vagas – Professores 1/2013.....	37
Tabela 2 – Quantidade de Inscritos – Professores 1/2013.....	37
Tabela 3 – Perfil geográfico dos inscritos- Professores: 1/2013.....	38
Tabela 4 – Perfil acadêmico dos inscritos- Professores: 1/2013.....	39
Gráfico 12 – Avaliação da Oficina Presencial – Professores (%): 1/2013.....	40

LISTA DE SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional dos Professores de História
APESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
CDAP	Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa
DEOPS	Delegacia Estadual de Ordem Política e Social
DPDA	Departamento de Preservação e Difusão do Acervo
NAE	Núcleo de Ação Educativa
NAPe	Núcleo de Atendimento ao Pesquisador
NAPu	Núcleo de Atendimento ao Público
NBH	Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca
PGDI	Programa de Gestão Documental Itinerante
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAESP	Sistema Estadual de Arquivos do Estado de São Paulo
SPDoc	Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
USP	Universidade de São Paulo
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 DIFUSÃO EM ARQUIVOS	14
1.1 ARQUIVOS PÚBLICOS: UMA INTRODUÇÃO	14
1.2. AS AÇÕES DE DIFUSÃO DO APESP	17
2. O NÚCLEO DE AÇÃO EDUCATIVA	24
2.1 A AÇÃO EDUCATIVA EM NÚMEROS.....	25
3. AS OFICINAS PARA GRADUANDOS E PROFESSORES	31
3.1 OFICINA PARA GRADUANDOS: 2º SEMESTRE DE 2012.....	31
3.2 OFICINA PARA GRADUANDOS: 1º SEMESTRE DE 2013.....	34
3.3 OFICINA PARA PROFESSORES: 1º SEMESTRE DE 2013.....	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
5 BIBLIOGRAFIA	43
ANEXO A – Organograma do Arquivo Público do Estado de São Paulo.....	46
ANEXO B – Cartaz de divulgação da oficina para professores – 1º semestre de 2013.....	47
ANEXO C – Cartaz de divulgação unificado das oficinas para professores e graduandos – 1º semestre de 2014.....	48

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de uma concepção de política pública, na qual ela é entendida, em linhas gerais, como um conjunto de atividades empreendidas ou direcionadas pela administração pública com vistas a atender uma demanda da sociedade de maneira ampla ou direcionadas a um público-alvo específico, as quais são o resultado de decisões políticas tomadas nas mais variadas esferas de governo.

Tendo isso em vista, buscará analisar o papel e o alcance que oficinas pedagógicas de caráter teórico-metodológico sobre o trabalho com documentos de Arquivo na sala de aula têm no que se refere à difusão do patrimônio histórico-documental, considerando-as, portanto, como uma estratégia de difusão em Arquivos. Para isso, trabalha-se nessa monografia com a definição proposta pela Associação Nacional de História (ANPUH), na qual a difusão cultural é entendida como o conjunto de ações que objetivam disponibilizar a informação documental àqueles que a procuram, isto é, o receptor, não só facilitando, como também instigando o seu acesso, propiciando ao usuário informações sobre o contexto de produção desses documentos e sobre a importância das instituições que os guardam e dos profissionais que nelas trabalham.¹

No concernente à metodologia do trabalho, a pesquisa será de caráter descritivo-analítico e utilizará análises quantitativas e qualitativas sobre os dados levantados. Basicamente, serão utilizados, além de textos sobre a temática de arquivos, difusão de acervos e ação educativa, os relatórios anuais do Centro de Difusão do Arquivo Público do Estado de São Paulo, os relatórios anuais do Núcleo de Ação Educativa e os relatórios específicos das oficinas pedagógicas produzidas pelos servidores responsáveis. A documentação compreende os anos de 2008 a 2012 no caso do Centro de Difusão e de 2008 a 2013 no que se refere ao Núcleo de Ação Educativa.

Dessa forma, objetiva-se com esta monografia discutir qual o papel dos Arquivos em sua relação com a sociedade, qual a função e qual o status que a difusão cultural, conforme definido acima, deve ter nessas instituições e, por fim, em

¹ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA- ANPUH. O perfil profissional dos historiadores atuantes em Arquivos: documento final do encontro. São Paulo, dezembro de 2012. p. 6. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/pdfs/documento_final_do_encontro.pdf>. Acesso em 06 dez. 2013.

que medida as oficinas pedagógicas para professores e graduandos são uma estratégia eficaz na difusão do patrimônio histórico-documental.

Para uma melhor compreensão do tema proposto, este trabalho será dividido em três capítulos distintos e ao mesmo tempo complementares entre si: no capítulo 1 será abordada a questão dos Arquivos Públicos de maneira geral, apresentando inicialmente uma breve introdução sobre o seu papel para a sociedade para, em um segundo momento, discorrer-se sobre o papel representado pelas ações de difusão em arquivos em geral e no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) em particular.

No capítulo 2 serão analisadas as ações desenvolvidas pelo Núcleo de Ação Educativa (NAE) em suas diversas faces, desde as direcionadas aos estudantes da Educação Básica até as que têm, como público-alvo, a sociedade em geral. A compreensão do que representam as ações educativas para um arquivo é fundamental não só para a compreensão de seu potencial para a educação formal, mas, sobretudo, seu caráter central em uma instituição pública dedicada à guarda da Memória Pública estadual.

Por fim, no capítulo 3 serão discutidas as oficinas presenciais oferecidas a professores da Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) e a graduandos em História e áreas afins. Discutir seus limites e possibilidades justifica-se em uma monografia pelo fato de que o correto entendimento de seu potencial enquanto instrumento de difusão cultural e difusão do acervo pode servir de exemplo para outras instituições de memória, visto que estas oficinas se propõem a contribuir para um entendimento diversificado sobre o trabalho do professor em sala de aula e sobre o papel do documento enquanto instrumento útil no processo de ensino-aprendizagem.

1 DIFUSÃO EM ARQUIVOS

1.1 ARQUIVOS PÚBLICOS: UMA INTRODUÇÃO

Um dos primeiros desafios ao se analisar as estratégias de difusão de um Arquivo é explicar a um leigo o que é, na verdade, um Arquivo. Definido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como “Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27). Sua confusão com museus, bibliotecas e centros de memória é algo corriqueiro para aqueles que não têm contato com as Ciências Humanas ou com a Ciência da Informação, principais fornecedoras de mão de obra para essas instituições.

Característica	Arquivo	Biblioteca	Museu	Centro de Documentação / Banco de dados
Tipo de suporte	Manuscritos, impressos, audiovisuais, exemplar único	Impressos, manuscritos, audiovisuais, exemplares múltiplos	Objetos bi/tridimensionais, exemplar único	Audiovisuais (reproduções) ou visual, exemplar único ou múltiplo
Tipo de conjunto	Fundos; documentos unidos pela proveniência (origem)	Coleção; documentos unidos pelo conteúdo	Coleção; documentos unidos pelo conteúdo ou pela função	Coleção; documentos unidos pelo conteúdo
Produtor	A máquina administrativa	Atividade humana individual ou coletiva	Atividade humana, a natureza	Atividade humana
Fins de produção	Administrativos, jurídicos, funcionais, legais	Culturais, científicos, técnicos, artísticos, educativos	Culturais, artísticos, funcionais	Científicos
Objetivo	Provar, testemunhar	Instruir, informar	Informar, entreter	Informar
Entrada dos documentos	Passagem natural de fonte geradora única	Compra, doação, permuta de fontes múltiplas	Compra, doação, permuta de fontes múltiplas	Compra, doação, pesquisa
Processamento técnico	Registro, arranjo, descrição: guias, inventários, catálogos etc.	Tombamento, classificação, catalogação: fichários	Tombamento, catalogação: inventários, catálogos	Tombamento, classificação, catalogação: fichários ou computador
Público	Administrador e pesquisador	Grande público e pesquisador	Grande público e pesquisador	Pesquisador

Quadro 1: Especificidades das instituições de Memória
Fonte: BELLOTTO, 2007, p. 43

As diversas instituições de memória têm diferenças entre si e pontuá-las no que se refere às suas funções, tipo de documentação, processamento técnico dos documentos e a qual público se destinam é de suma importância, como pode ser observado na Tabela 1 que, apesar de apresentar uma diferenciação de forma sumária, faz com que, analisá-la com atenção, não deixemos de perceber que, apesar das aparências, muitas são as diferenças entre essas instituições.

A tabela supracitada demonstra com clareza que em diversos aspectos, as “instituições de memória”, apesar da aparente similaridade, têm diversos aspectos divergentes, os quais vão desde o tipo de documento e seu produtor até o seu público e objetivos precípuos. Por ora, basta ter claro em nossas mentes que os Arquivos Públicos são um tipo de instituição bem específico e que, ademais, presta serviços não só à administração pública como á sociedade como um todo no que se refere à transparência da gestão dos governantes e no resgate da memória pública.

A concepção que temos de Arquivo, quando vinculada ao Executivo, Legislativo ou Judiciário tem sua origem, segundo Schellenberg (2002), durante a Revolução Francesa, onde foi criado o primeiro Arquivo Nacional do mundo contemporâneo. Seu objetivo, de acordo com os revolucionários da época, seria o de preservar os documentos da “Nova França”, assim como suas glórias e conquistas. Após amplas discussões, os documentos medievais foram considerados de utilidade pública e, como tal, deveriam não só ser preservados como igualmente ser acessíveis ao público. Assim, mesmo após o fim do processo revolucionário francês, três foram as suas contribuições para o campo arquivístico:

1. A criação de uma administração nacional de arquivos;
2. A proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos e aos documentos sob sua guarda e;
3. O reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor probatório, histórico ou cultural por ele produzidos ou sob sua guarda.

Posteriormente, ainda de acordo com o autor, a Inglaterra, em 1838, também criaria o seu Arquivo, denominado *Public Record Office*, motivada não por uma revolução ou grande ruptura social, mas por uma questão de ordem muito mais prática: a necessidade de conservar os documentos oficiais que estavam se deteriorando, pois segundo o relatório da comissão encarregada de analisar os documentos ingleses, estes

Estavam extremamente úmidos, alguns haviam aderido aos muros de pedra [...] A deterioração e a umidade tornaram uma grande parte deles tão frágil que dificilmente resistiriam ao toque; outros particularmente aqueles em forma de rolos estavam tão colados que não podiam ser desenrolados” (SCHELLENBERG, 2002, p. 29)

Por fim, em 1934, os Estados Unidos da América decidem pela criação do *Public Record Office*. Resultado de esforços empreendidos desde o século XIX com vistas à preservação da documentação americana, sua função precípua foi a de preservar a documentação de valor comprobatório e possibilitar a pesquisa da história americana, como indicou o presidente Rutheford em sua mensagem presidencial de 1875: “Os documentos do governo constituem uma valiosa coleção para o país, seja quanto ao valor pecuniário, seja quanto à pesquisa histórica” (SCHELLENBERG, 2002, p. 30)

Os três momentos citados não esgotam a história dos arquivos públicos pelo mundo. No entanto, são ilustrativos quanto às motivações que ensejaram suas fundações e fazem com que eles se justifiquem, grosso modo, pelas seguintes razões:

1. A eficiência governamental;
2. A preservação cultural;
3. A história administrativa da instituição;
4. O caráter comprobatório para o cidadão ou para uma instituição qualquer.

Delineadas as funções precípua dos Arquivos, o grande desafio no limiar do século XXI é fazê-los cumprir de forma eficiente o que deles se espera. Todavia, isso não é uma tarefa falta, haja vista a falta de recursos para esses órgãos. Para Bacellar, por exemplo, estas instituições padecem muito em decorrência do fato de serem desconhecidas do grande público sendo, quando muito, de conhecimento de historiadores e outros poucos interessados. Como resultado, o quadro geral dos Arquivos na atualidade seria de quase completo abandono, com honrosas exceções. (2012, p. 266)²

A função e a atuação dos Arquivos Públicos têm se transformado através do tempo e com o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) não foi diferente.

²Um artigo publicado na *Revista de História* traça um retrato parecido ao descrito por Bacellar. Nele, são listados alguns dos principais problemas enfrentados pelos Arquivos públicos do país, com destaque para o Arquivo Público do Bahia onde a energia elétrica estava cortada há meses. Cf. ROMANELLI (2012)

Instituído de fato em 1892³, com o nome de *Repartição de Estatística e do Arquivo do Estado*, desde então guarda uma documentação diversificada, oriunda de vários órgãos oficiais do Estado e, de forma bem diminuta, de origem privada. Subordinado a diferentes Secretarias ao longo de sua trajetória institucional, hoje se encontra vinculado à Secretaria da Casa Civil, egresso em 2007 da Secretaria de Cultura.⁴

Atualmente, além da guarda da documentação permanente de seu acervo, o APESP atua na área da gestão documental como importante órgão estadual para a implantação e efetivação da Lei de Acesso à Informação⁵ e realiza diversas ações que visam torná-lo mais próximo da sociedade em geral, dentre as quais se destacam a implantação e contínuo aperfeiçoamento do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP), o Sistema Informatizado Unificado de Gestão Arquivística de Documentos e Informações (SPDoc), o Programa de Gestão Documental Itinerante (PGDI), a ampliação de seu quadro de funcionários e a inauguração de novas instalações, projetadas exclusivamente para sediarem o APESP – com capacidade para armazenar 60.000 metros lineares⁶ de documentação - todas essas ações aliadas a diversas ações de difusão cultural, as quais discutiremos a seguir. (BACELLAR, 2012, p. 269-276).

1.2 AÇÕES DE DIFUSÃO DO APESP

Discorrendo sobre as ações de difusão cultural, editorial e educativa em arquivos, Bellotto inicia sua explanação atentando para o fato de que a função precípua dos Arquivos seria “recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originários da área governamental”. Somente depois de cumprida essa

³ A origem do Arquivo remonta a 1721 quando, após o desmembramento dos territórios de São Paulo e Minas Gerais, o governo paulista procurou armazenar todos os papéis de caráter oficial que fossem relacionados à província. Em 1842, a Lei nº 20, de 8 de março de 1842, criou um Arquivo Provincial que, no entanto, nunca saiu do papel. Cf. APESP (2013).

⁴ De acordo com Bacellar, o APESP na Secretaria de Cultura era uma espécie de “estranho no ninho”: “Instalado na Secretaria de Estado da Cultura, o Arquivo sofria de uma falta de identidade naquele ambiente, em meio a discussões sobre museus, exposições, eventos e atividades culturais as mais variadas. Todas atividades que garantiam grande retorno da mídia, ao contrário do Arquivo, sempre escondido.” (2012, p, 266).

⁵ A Lei de Acesso à Informação regulamenta o acesso dos cidadãos às informações públicas dos três poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Cf. BRASIL, 2011.

⁶ O metro linear é uma medida adotada na terminologia arquivística para determinar a quantidade de documentos armazenados, lado a lado, nas estantes dos arquivos ou no dimensionamento de materiais que futuramente constituirão um acervo arquivístico. Cf. PINTO, 2010.

função é que, de forma secundária, os Arquivos poderiam, também, investir em serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa (2007, p. 227).

Apesar da ressalva acima, a autora considera as ações de difusão um componente importante, ainda que em segundo plano, dos Arquivos e afirma que eles, além de servir à administração pública, devem estabelecer um diálogo mais amplo com a sociedade em geral, de forma a atingir de forma satisfatória o seu público-alvo, que seria formado, grosso modo, pelo tripé historiador, administrados e cidadão.

Inúmeras possibilidades de trabalho, para Bellotto, poderiam ser desenvolvidas: exposições permanentes, publicações editoriais e educativas, trabalho com estudantes da Educação Básica, maior contato com a mídia, exposições temporárias, enfim, várias frentes de trabalho deveriam ser abertas para alcançar um público mais amplo, com ênfase ao trabalho educativo para que a instituição não só difunda seu acervo como, também, esteja presente na mídia de maneira geral e garanta que a população, mesmo que não chegue a visitá-los, saiba de sua existência (2007, 228-230) .

Nesse sentido, o APESP tem investido cada vez mais em suas ações de difusão, partindo de duas premissas básicas: a primeira é a de que a difusão é uma atividade intrínseca aos trabalhos de um Arquivo e a segunda é a de que, longe de ser uma atividade secundária, como pontua Bellotto, é uma ação que deve estar em pé de igualdade com a gestão documental, haja vista que é a partir da difusão que a sociedade passa a conhecer o seu patrimônio documental.

É por meio da difusão que se dá a visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo. Sua importância está em chamar a atenção para o que está guardado; em um arquivo público, em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção de seu valor. (BARBOSA; SILVA, 2012, p.46)

Historicamente, as ações de difusão não só do APESP, mas dos Arquivos Públicos em geral, estiveram ancoradas na publicação editorial impressa, apesar de muitas publicações classificadas como atividade editorial tinham como fim também ou especialmente a preservação de documentos que pereciam sob maus cuidados e o Arquivo, com seus mais de 350 livros publicados ao longo de sua história – sua primeira publicação ocorreu em 1894 - não escapou dessa lógica, ainda que em menor grau. (BARBOSA; SILVA, 2012, p.47-51)

Atualmente, as ações de difusão da instituição estão concentradas no Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa (CDAP) – subordinado ao Departamento de Preservação e Difusão do Acervo (DPDA) – o qual é composto por quatro núcleos específicos e um corpo técnico: Núcleo de Ação Educativa (NAE), Núcleo de Assistência ao Pesquisador (NAPe), Núcleo de Atendimento ao Público (NAPu) e Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca (NBH). Soma-se a esses núcleos um corpo técnico formado por servidores diretamente subordinados à diretora do Centro, cuja disposição pode ser visualizada na **Figura 1**.

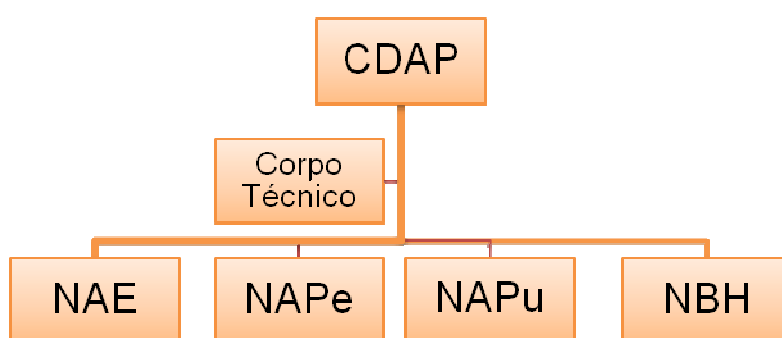


Figura 1: Organograma do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa do APESP
Fonte: SÃO PAULO (Estado), 2009.

As ações do CDAP têm aumentado paulatinamente desde a reestruturação da instituição como um todo e de sua vinculação à Secretaria da Casa Civil. Destacam-se especialmente as ações voltadas ao público externo, as quais ano-a-ano têm atendido a um público cada vez maior.

As ações de difusão, compostas pela Revista Histórica, as publicações impressas e o gerenciamento de conteúdo do site no que diz respeito à difusão do acervo experimentaram uma pequena mudança de perfil ao longo do período 2008-2013. Se num primeiro momento, a questão editorial se fez presente, pouco a pouco o conteúdo digital foi se tornando a matriz de suas ações, se coadunando, inclusive, com a política de digitalização empreendida pela gestão que esteve á frente do APESP no período.

Assim, a publicação de livros foi de dois por ano em 2008 e 2009, quatro no ano de 2010 e nenhum nos anos seguintes, dando mostras de que a atividade editorial, ao menos impressa, deixou de ser uma prioridade da instituição, visto que

as poucas obras impressas tiveram boa aceitação da crítica, ganhando inclusive premiações de destaque no âmbito das Ciências Humanas.⁷

No que diz respeito à Revista Histórica, esta possui uma excelente regularidade de publicações. De publicação bimestral, publica por volta de seis artigos por edição e caracteriza-se por ter uma temática voltada mais para a área de História. Não sendo impressa, sua visibilidade é medida pela equipe do corpo técnico pelo número de acessos às suas páginas. Recentemente a revista passou por uma reformulação de layout e de conteúdo com vistas a obter uma classificação melhor na avaliação do WebQualis.⁸

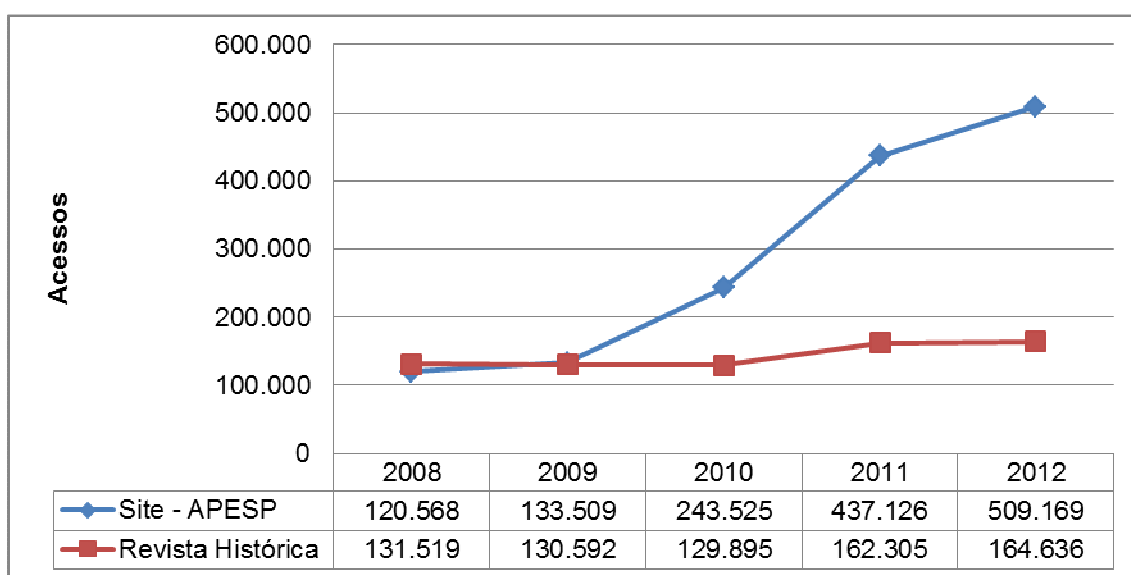


Gráfico 1: Comparativo do número de acessos – Site APESP e Revista Histórica (2008-2012)
Fonte: APESP, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012.

O gráfico acima indica claramente que, de maneira geral, a Revista Histórica possui uma boa quantidade de acessos, obtendo em 2008 uma quantidade maior que a da própria instituição. Todavia, com o incremento cada vez maior do site do Arquivo, em 2010 já havia uma diferença significativa entre os números e, em 2013, já era três vezes maior, o que de forma alguma deve ser encarado como uma estagnação negativa da Revista e sim como o resultado do aumento de serviços que

⁷ O livro *A Luta pela Anistia*, organizado pela Diretora do CDAP e publicado em 2009 foi premiado com o 2º lugar na categoria Ciências Humanas do 52º Prêmio Jabuti. Já o livro *Tempos de Fascismo*, de 2010, obteve a mesma premiação no ano seguinte. Cf. PRÊMIO JABUTI, 2013.

⁸ O *WebQualis* é uma ferramenta que possibilita a consulta à classificação dos periódicos nacionais e internacionais elaborada pelo Qualis Periódicos. Este, por sua vez, trata-se de um sistema de consolidação e aferição da qualidade da pós-graduação brasileira. Assim, um periódico bem classificado significa que ele cumpre todos os requisitos ideais da Qualis e, conseqüentemente, um pesquisador de publique nesses periódicos obtém uma melhor pontuação para o Programa de Pós-Graduação ao qual é vinculado seja como aluno, professor ou egresso. Cf. CAPES, 2013.

o site recebeu como, por exemplo, a disponibilização online de instrumentos de pesquisa para aqueles que buscam o acesso á emissão de certidões relacionadas à documentação de imigração, outrora sob a guarda do Memorial do Imigrante, mas que passou às mãos do APESP no final de 2010 e foi disponibilizada para consulta e posterior emissão de certidões a partir de 2011.

Em 2012, como estratégia para divulgar o amplo acervo de jornais soba guarda da instituição, o CDAP lançou a página temática Memória da Imprensa, a qual obteve mais de 25.000 acessos nos anos de 2011 e 2012 com atualização trimestral de conteúdo.

De perfil oposto ao da editoração, que alcança a sociedade via impressões e conteúdo digital⁹, os Núcleos de Apoio ao Pesquisador (NAPe) e de Atendimento ao Público (NAPu) são responsáveis pelo atendimento ao consulente na acepção clássica do termo: cidadãos em busca do reconhecimento de seus direitos e pesquisadores da área de Humanas e Sociais compõem a maioria de seu público, a despeito da política de digitalização cada vez mais onipresente na instituição.

No período de 2008 a 2010 as funções dos dois núcleos eram híbridas, no sentido de que os funcionários de ambos os núcleos, de acordo com a necessidade, prestavam auxílio uns aos outros com frequência. Tal hibridismo se torna evidente nos relatórios anuais que tornaram individuais de cada núcleo somente a partir de 2011. No entanto, é possível vislumbrar as ações de cada núcleo mesmo nos relatórios únicos e traçar não só um panorama de suas ações como também perceber a mudança que foram se evidenciando com o passar do tempo.

O NAPe tem como funções básicas o atendimento especializado ao pesquisador que enfrentasse algum tipo de dificuldade quanto ao acervo ou mesmo que precisasse do auxílio profissional para compreender o documento, por exemplo. Nesse sentido, a direção do Núcleo foi exercida entre 2008 e 2012 por um historiador especialista em paleografia – o qual contava com o auxílio de apenas um funcionário.

Para além desse auxílio, o núcleo ministrava oficinas de paleografia, emitia certidões de interesse geral, geralmente de terras ou paróquias para fins judiciais e gerenciava o controle dos pedidos de digitalização dos documentos que era feito por

⁹ Cabe ressaltar, no entanto, que o DPDA, aproveitando as novas instalações que a instituição inaugurou em 2012, iniciou um trabalho de proposição e recepção na instituição de eventos e exposições, tendo organizado dois seminários internacionais no 2º semestre de 2012.

meio de um convênio com a Associação dos Amigos do Arquivo, uma OSCIP vinculada à instituição. Com a chegada do acervo outrora pertencente ao Memorial do Imigrante, assumiu a responsabilidade, também, de emitir certidões de desembarque para descendentes de imigrantes que pleiteiam a obtenção de cidadania estrangeira.

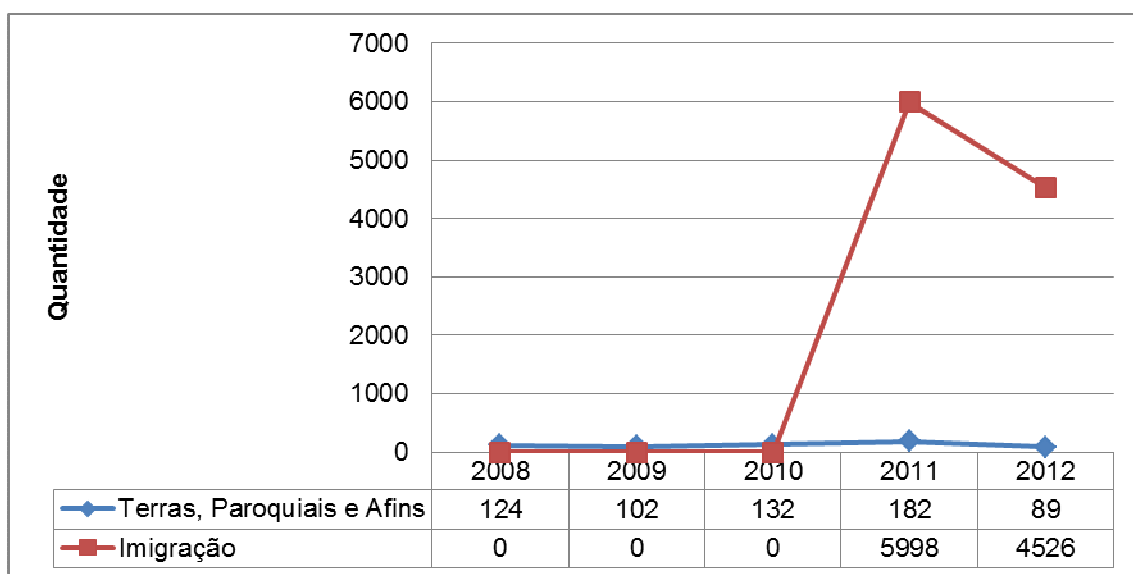


Gráfico 2: Emissão de Certidões: 2008-2012
Fonte: APESP, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012.

Analisando o gráfico acima, percebe-se que a emissão de certidões de terras, paroquiais e afins foi reduzida a aproximadamente 50% em relação ao ano anterior e obteve o menor número desde 2008. Parte desse resultado pode ser explicado pelo fechamento do APESP em fins de 2011 e início de 2012 para o término das obras de reforma e transferência do acervo para o prédio novo. Não obstante, é notável a demanda pela emissão de certidões que, se antes não existiam entre as atividades do Núcleo, passaram a ocupar lugar central em suas atribuições, o que resultou no acréscimo em seu quantitativo de servidores que, ao final de 2012, eram sete.

Por fim, numa demonstração inequívoca da demanda que a emissão de certidão de desembarques exerceu sobre o Núcleo, o número de oficinas de paleografia, que foi de quatro por ano em 2008-2009 e de cinco em 2010, caiu para apenas uma nos anos de 2011-2012. Somado ao fato de os pedidos de reprodução terem sido extintos, dando-se liberdade ao consulente para fotografar o documento de seu interesse, as ações do NAPe consolidaram-se em torno da documentação da imigração.

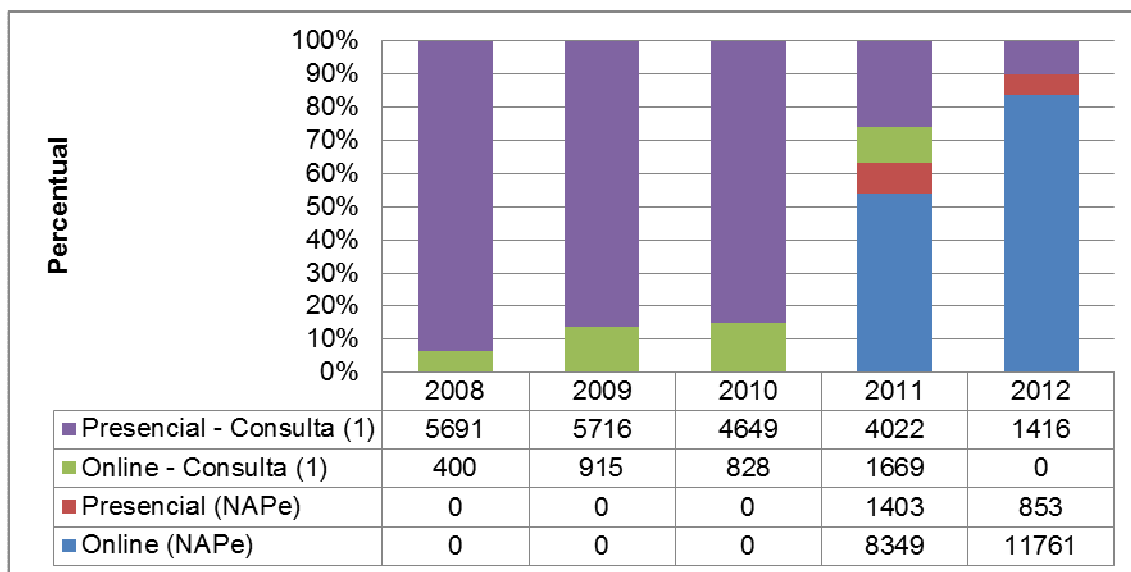


Gráfico 3: Atendimentos – NAPe e NAPu: 2008-2012

Fonte: APESP, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012.

(1) Nos anos de 2008 a 2010 os dados da “Consulta” referem-se aos dois núcleos. A partir de 2011 apenas ao Núcleo de Atendimento ao Público.

No que se refere aos atendimentos, também se verifica uma mudança de perfil na “Consulta” como um todo. É patente que, com a disponibilização de serviços e de documentos online, o usuário tende a comparecer menos à instituição, ainda que esta tenha enfrentado um período de não atendimento ao público. O gráfico 3 demonstra que é cada vez maior a opção pela consulta ao site ou o encaminhamento da dúvida via e-mail. Ao analisarmos o ano de 2011, por exemplo, o qual possui todos os dados para análise, verificamos que 65% de seus 15443 atendimentos ocorreram na forma *online*, situação possivelmente maior em 2012¹⁰.

O Centro de Difusão, para além da atividade editorial e de consulta, conta também com o Núcleo de Biblioteca e Hemeroteca (NBH), encarregado de gerenciar o acervo bibliográfico e de periódicos da instituição com caráter de pesquisa direta e de auxílio aos consulentes e ao corpo técnico do APESP. Completa a estrutura do CDAP o Núcleo de Ação Educativa, responsável pela difusão do acervo e da instituição junto ao público escolar, universitário e à sociedade em geral, o qual será mais detalhadamente analisado no capítulo a seguir.

¹⁰ Infelizmente o relatório de 2012 do CPDA não traz o número de atendimentos online realizado pelo Núcleo de Atendimento ao Público. Tal informação consta apenas na seção que trata das ações do Núcleo de Apoio ao Pesquisador.

2 O NÚCLEO DE AÇÃO EDUCATIVA

O Núcleo de Ação Educativa (NAE) do APESP tem como função precípua promover a interlocução entre o Arquivo e a sociedade em geral, com foco nos públicos acadêmico e escolar. Por meio de cursos, oficinas, palestras, exposições e outras atividades variadas, busca difundir o acervo e o nome da instituição para esses setores da sociedade. Assim como o APESP, é somente a partir da vinculação deste à Secretaria da Casa Civil que o núcleo começa a tomar corpo e passa a desenvolver as atividades que desempenha atualmente, como observa Barbosa em sua recente dissertação de mestrado:

Só muito recentemente a instituição supera a crise e a situação de dificuldades de seus principais projetos. Dentro desse novo cenário, o APESP foi transferido, em 2007, para a Secretaria da Casa Civil do Estado, o que lhe propiciou a reorganização estrutural e funcional, possibilitando a retomada de atividades culturais e educativas⁶⁹. Sendo assim, a elaboração e a produção de seminários, publicações, oficinas, visitas monitoradas, material pedagógico, entre outras atividades, tomaram novo fôlego. Desde então, o oferecimento das atividades de difusão voltaram a ganhar espaço dentro do planejamento institucional. (BARBOSA, 2013, p. 52)

As funções do NAE são definidas pelo decreto estadual 54.276 de 2009, o qual teve como finalidade a reorganização da instituição através de um novo organograma (Anexo A) que atendesse às demandas contemporâneas da instituição e que se adequasse à realidade do trabalho desenvolvido.

Artigo 20 - O Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa tem as seguintes atribuições: [...]

III - por meio do Núcleo de Ação Educativa:

- a) elaborar programas de ação educativa com vista a aproximar a Unidade do Arquivo Público do Estado de instituições educacionais e da sociedade em geral;
- b) desenvolver materiais de apoio pedagógico a partir de documentos do acervo;
- c) promover oficinas de qualificação de professores e de outros profissionais da memória;
- d) proporcionar visitas monitoradas a estudantes e a professores de instituições de ensino; (SÃO PAULO, 2009)

A partir dos relatórios do CDAP, podemos perceber que, grosso modo, o NAE atendeu, sempre que possível¹¹, às determinações constantes no decreto 54.276, podendo-se afirmar com tranquilidade dentre os núcleos do CDAP é o que desenvolve suas atividades de forma mais intimamente ligada ao que preconiza o referido decreto.

2.1 A AÇÃO EDUCATIVA EM NÚMEROS

No que se refere ao atendimento ao público em geral, uma das atividades mais constantes do Núcleo, isto é, a que possui maior periodicidade e longevidade, são as visitas monitoradas. Destinadas a qualquer grupo de pessoas que tenha o interesse de conhecer as instalações do Arquivo, sem nenhum tipo de segmentação, bastando que seja feito o agendamento e que atenda o número mínimo estabelecido, foram responsáveis por trazer ao Arquivo, no período de 2008 a 2012 quase 1500 pessoas, que puderam conhecer não só as instalações da instituição como as unidades de trabalho e as atribuições dos diversos núcleos que compõem o APESP.

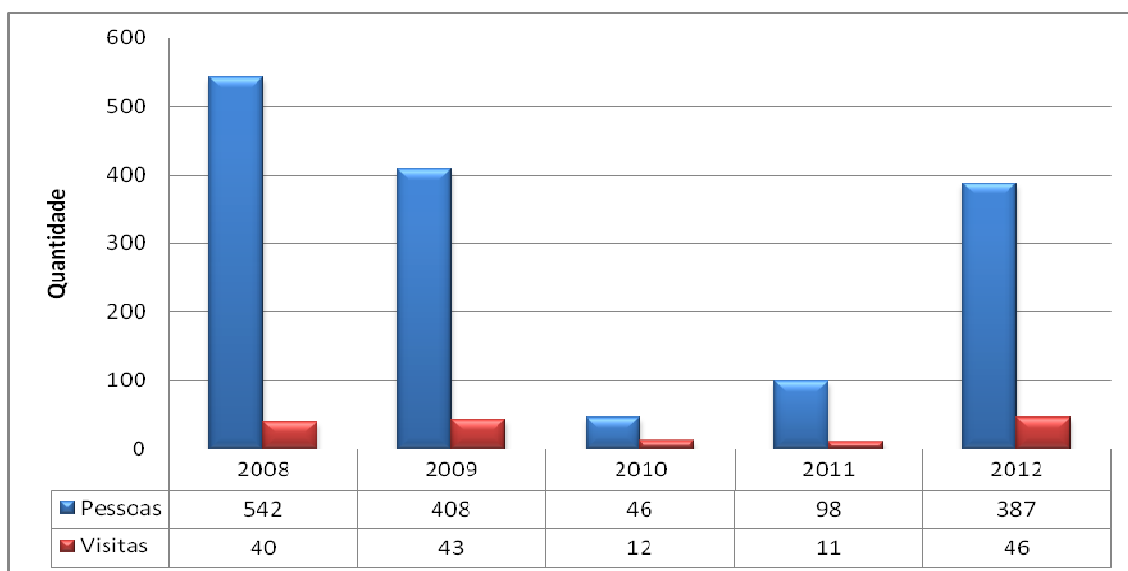


Gráfico 4: Visitas Monitoradas: 2008-2012
Fonte: APESP, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012.

¹¹ A ressalva deve-se ao fato de que, durante o período de obras pelo qual passou a instituição, algumas atividades que dependiam da infraestrutura física foram seriamente prejudicadas, como as oficinas pedagógicas para graduandos e as atividades com o público escolar.

A análise do gráfico acima nos permite concluir que, em condições normais, a expectativa de público participante das visitas monitoradas gira em torno de 440 pessoas, visto que nos anos de anos de 2010 e 2011 a instituição estava em obras e as visitas foram contidas e, no ano de 2012, durante alguns meses o prédio se manteve fechado para visitas por conta da conclusão das obras que culminaram com a inauguração da nova sede em junho daquele ano (APESP, 2012d).

De qualquer forma, mesmo com os períodos de fechamento, o período 2008-2012 registra uma média de 296 visitantes por ano, o que não deixa de ser uma marca altamente positiva, pensando-se na especificidade do trabalho desenvolvido pela instituição.

Outra ação longeva da instituição é a oferta de oficinas técnicas, denominação dada aos cursos de curta duração oferecidos por técnicos dos diversos setores ou, em alguns casos, por profissionais de reconhecido saber no campo arquivístico que são convidados a ministrar cursos com o apoio do APESP.

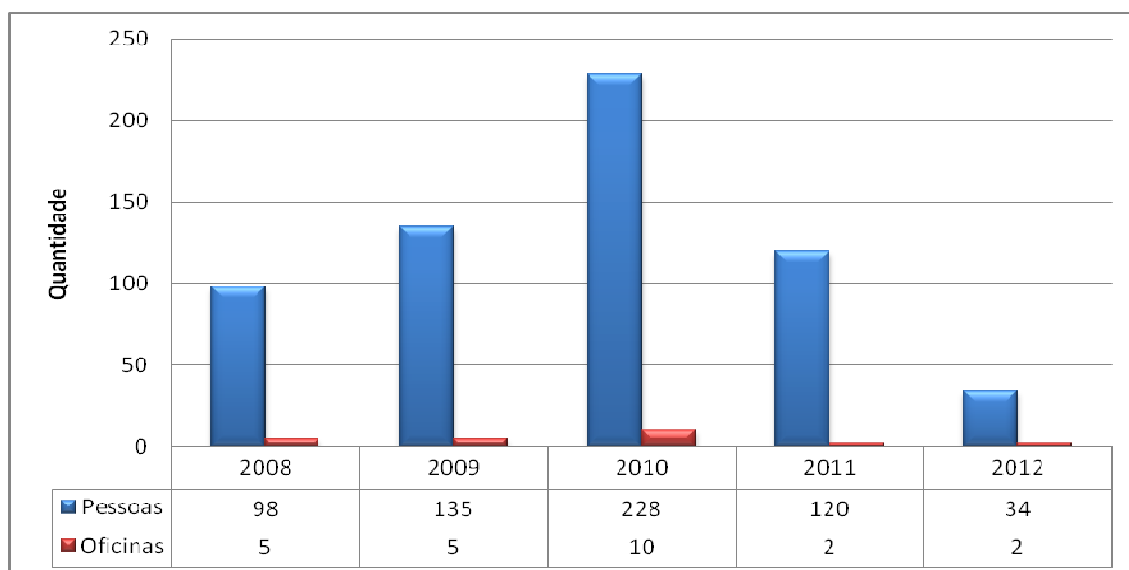


Gráfico 5: Oficinas Técnicas: 2008-2012
Fonte: APESP, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012.

No período 2008-2012 mais de 600 pessoas foram contempladas pelas oficinas técnicas nas áreas de paleografia, conservação de fotografias, papel e demais campos arquivístico. Esse número só não foi maior, possivelmente, pela dificuldade imposta pelas obras da instituição, visto que tanto o número de oficinas em si como o número de atendidos cresceu consideravelmente no triênio 2008-2010, sofrendo uma queda abrupta em 2011 que culminou, em 2012, com a quase

inexistência de um público efetivamente atendido que, de 228 em 2010, caiu para 34 em 2012.

Avançando na análise das atividades desenvolvidas pelo NAE, temos também outras atividades como a oferta de palestras, seminários e de projetos voltados para graduandos e professores que, no entanto, foram de oferta e duração esporádica, dentre as quais podemos citar os estágios de graduandos, oferecidos para alunos da PUC/SP nos anos de 2008 e 2009 que contemplaram três e cinco alunos, respectivamente; as palestras em geral, em que duas foram ofertadas em 2008, uma em 2010 e outra em 2011; os seminários que, apesar de bem-sucedidos quando de sua realização, foram apenas dois em 2008: um com público de 144 pessoas no total e no ano seguinte, com um público total de 582 ouvintes.

Por fim, completando a lista iniciada acima, podemos destacar a versão anterior da atividade denominada “O professor e o Arquivo” que atendeu um grupo de 13 pessoas em 2009, quatro grupos, totalizando 101 pessoas em 2010 e, em seguida, foi reformulado, com o público de Educação Básica sendo redirecionado para o programa “A sala de aula no Arquivo”, iniciado em 2013 e o público de professores permanecendo em uma atividade reformulada vinculada ao atual “O professor e o Arquivo”. (APESP, 2008-2012)

De 2012 em diante, dois grupos de atividades se destacam nas atividades do NAE: as voltadas para alunos da Educação Básica e as voltadas a graduandos e professores. No que se refere à Educação Básica, o “Conhecendo o Deops: história e memória” é um exemplo de parceria bem-sucedida entre instituições congêneres. Desenvolvido conjuntamente pela NAE/APESP e pela Equipe Educativa do Memorial da Resistência¹², a atividade atendeu, em dois anos, mais de mil estudantes dessa etapa da escolarização básica.¹³

¹² O Memorial da Resistência é uma instituição dedicada à preservação da memória relacionada à repressão e à resistência política paulistas por meio de musealização de um espaço anteriormente pertencente à Delegacia de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (DEOPS). Vinculado à Pinacoteca do Estado de São Paulo, um museu público estadual, o Memorial da Resistência é administrado desde 2005 pela Organização Social de Cultura “Associação Pinacoteca de Arte e Cultura. Cf. MEMORIAL DA RESISTÊNCIA, 2013.

¹³ No primeiro ano da atividade, ela era oferecida às quartas-feiras e aos sábados. No segundo ano, sua oferta ficou restrita aos sábados. Não obstante, em algumas ocasiões fora abertas exceções quanto ao público-alvo e alunos de graduação e até de pós-graduação foram atendidos, mediante negociação prévia da exceção.

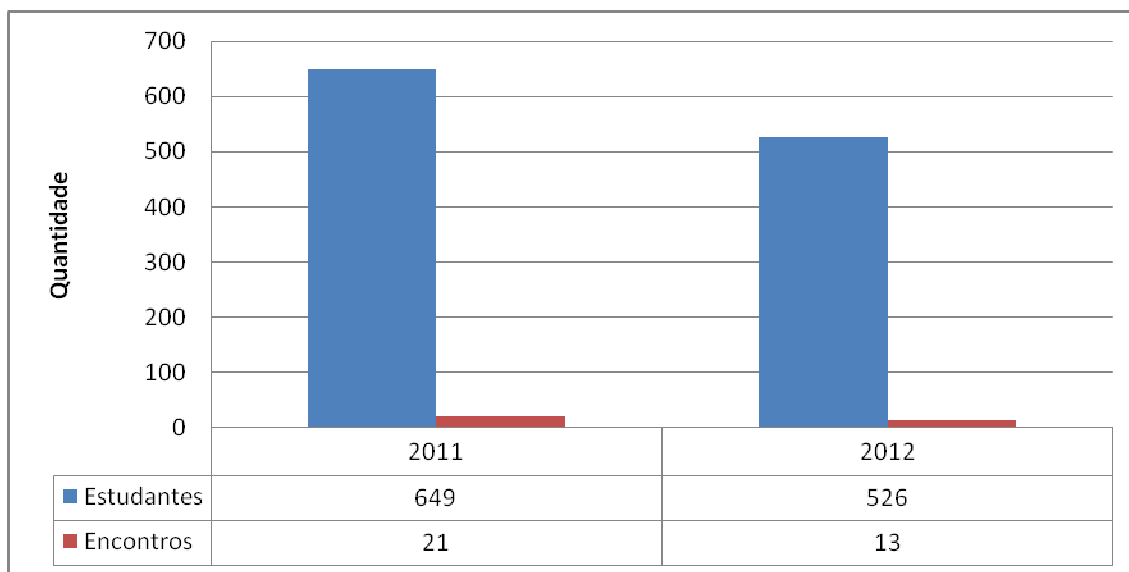


Gráfico 6: Conhecendo o Deops: história e memória – Público atendido em 2012-2013
Fonte: APESP, 2011, 2012a

Recentemente, o NAE passou a ofertar duas outras atividades voltadas para alunos da Educação Básica: o Ateliê Infantil, voltados para a faixa escolar popularmente conhecida como Fundamental I, corresponde aos primeiros cinco anos de escolarização básica e o “A sala de aula no Arquivo”, direcionado a estudantes dos Ensinos Fundamental II e Médio, correspondente aos quatro anos finais do Ensino Fundamental e aos integrantes dos Ensinos Médios Regular e Técnico.¹⁴

O Ateliê é uma oficina de duas horas dividida em duas partes complementares entre si: uma visita a setores representativos do APESP do ponto de vista da conservação dos documentos e, depois, uma atividade em sala de aula na qual as crianças representam um dia de trabalho no Arquivo, manipulando réplicas dos documentos e dos materiais que conheceram na primeira parte da atividade. Ao final, há um fechamento proposto pelos educadores propondo uma reflexão sobre a importância da preservação do patrimônio arquivístico sob a guarda da instituição.

Já a atividade A sala de aula no Arquivo trata-se de uma oficina também de duas horas na qual os alunos primeiro participam de uma sensibilização em sala de aula sobre a documentação do APESP definida previamente pelo professor ou outro responsável pelo agendamento e, depois, visitam setores do APESP, não

¹⁴ Mais informações sobre as referidas atividades podem ser encontradas no link da Ação Educativa presente na página institucional do APESP: www.arquivoestado.sp.gov.br

necessariamente coincidentes com os trabalhos no Ateliê. Diferentemente do Ateliê, a escola agendante pode escolher entre quatro temas disponibilizados para o desenvolvimento das atividades¹⁵, os quais influenciarão nos tipos documentais¹⁶ originais aos quais os estudantes terão acesso.

Atividade direcionada à sociedade em geral, mas com foco nos professores e alunos da Educação Básica – com o pressuposto de auxiliar o trabalho dos professores e ao mesmo difundir o acervo e o nome da instituição para além do ambiente acadêmico e de pesquisa – as Exposições Virtuais promovidas pelo NAE obtiveram paulatinamente um incremento em acessos e receptividade junto à sociedade, como podemos observar na explícita evolução de seus números 2008 a 2012, alcançando não só o Estado de São Paulo como também outras unidades da federação.

Desde o seu lançamento as Exposições Virtuais têm apresentado uma crescente aceitação por parte do público escolar e da sociedade em geral. Por se tratar de um produto disponibilizado em ferramenta virtual, o seu alcance ultrapassa as fronteiras espaciais e temporais, possibilitando o acesso por internautas de diversas localidades. (BARBOSA, 2013, p. 56)

Barbosa atribui o aumento do número de acessos à melhoria das estratégias de divulgação. No entanto, a queda do número de acessos em 2013 não nos leva a essa conclusão e sim à opinião - compartilhada em parte pela autora no que se refere à Exposição “Manuscritos na História” – de que a temática também é um fator preponderante, visto que os números das exposições, ano a ano, oscilam entre si mesmo depois de consolidada a estratégia de divulgação do Núcleo, numa clara demonstração de que a escolha do tema também deve ser objeto de reflexão no momento de planejamento dessa atividade.¹⁷

¹⁵ Os temas disponíveis, até o final da elaboração deste trabalho eram: Fontes históricas, ferrovias Paulistas, Anistia e Movimento Constitucionalista de 1932.

¹⁶ Tipo documental é a configuração do documento extraída a partir da observação da espécie, entendida como a forma sob a qual o documento se apresenta, e da sua finalidade, aferida por meio da análise da razão de existir do documento, a qual é obtida através do estudo de seu conteúdo. A soma da espécie documental, como a certidão, por exemplo, com a finalidade – informar o nascimento, o batismo, o casamento ou mesmo a morte – dá origem ao que é chamado de tipo documental, através da qual o documento é classificado para fins arquivísticos. Cf. BELLOTO, Heloísa L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. (Coleção Como Fazer, v. 8)

¹⁷ A título de exemplo, a exposição Imigração em São Paulo tem mais acessos totais que as duas subsequentes (“Futebol no Brasil” e “Revolução de 1924”), o mesmo ocorrendo com a “Manuscritos na História”, que tem mais acessos totais do que as outras duas que foram lançadas depois: “Ferrovias Paulistas”, “1932: a guerra paulista”. Se fosse uma questão apenas de divulgação, esses resultados provavelmente seriam diferentes. Cf. APESP, 2008-2012.

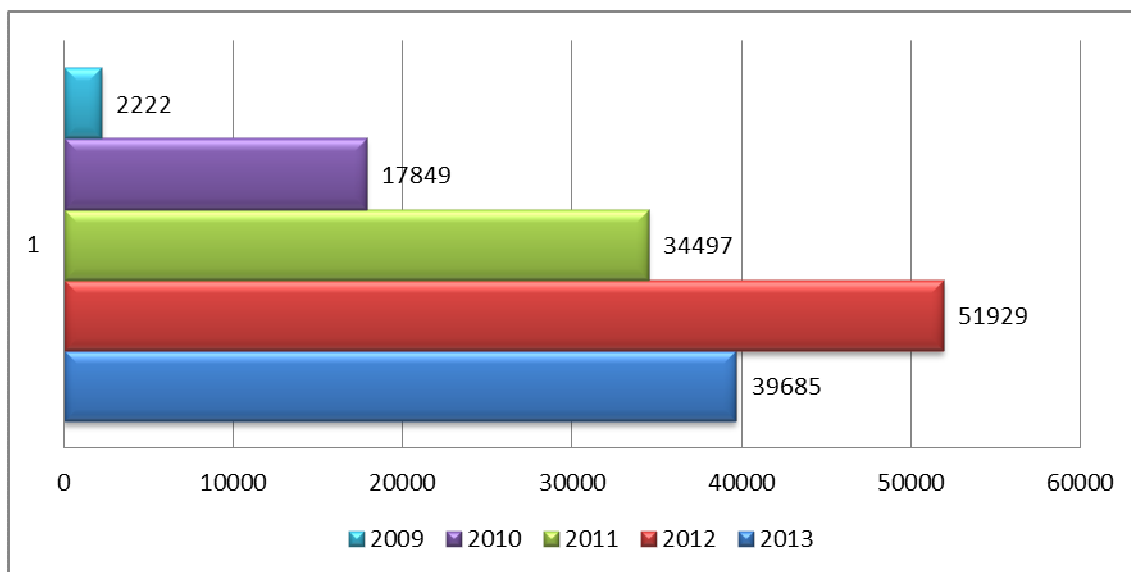


Gráfico 7: Número de acessos anuais das exposições virtuais: 2008-2013
Fonte: APESP, 2013f.

Por fim, no que se refere às ações voltadas a professores e graduandos, cabe citar o curso “O uso de documentos de Arquivo na sala de aula”. Ofertado pela primeira vez em 2010 ainda sem essa denominação e ministrada apenas pela diretora do núcleo, ele foi reformulado e, a partir de 2012, voltou a ser oferecido não só para graduandos em História como para graduandos em áreas afins e, mais que isso, foi adaptada para a oferta para professores das redes pública no formato presencial e à distância, ação essa que discutiremos a partir de agora.

3 AS OFICINAS PARA GRADUANDOS E PROFESSORES

De acordo com Barbosa (2013) as oficinas pedagógicas para graduandos e professores de História começaram a ocorrer no APESP a partir de 2001, sendo descontinuadas, no entanto, no período de 2005 a 2008, voltando a ocorrer somente com a reformulação das atribuições da instituição mencionadas no primeiro capítulo.

O recomeço dessas oficinas tem como ponto central o ano de 2010. Sob o título de “Documentos de Arquivo e o seu uso como recurso didático em sala de aula” o NAE voltou a oferecer, nesse caso para graduandos, um curso metodológico para o trabalho com documentos de Arquivo no ambiente escolar:

[...] voltada para alunos de graduação em História, tinha como objetivo proporcionar aos participantes o contato prático com os conjuntos documentais do Arquivo, bem como discutir questões conceituais e metodológicas sobre as fontes documentais como recurso pedagógico para a construção do conhecimento histórico. Para cada um desses encontros havia uma indicação de leitura para amparar as discussões (BARBOSA, 2013, p. 95)

A boa receptividade dessa oficina permitiu que essa ação continuasse a existir no planejamento do NAE e que, em 2012, agora com o prédio já reformado, ela voltasse a ser oferecida, agora reformulada em relação à carga horária e à equipe responsável, visto que com o crescimento do núcleo e do número de atividades, a então ministrante, Andresa Oliver, deixou de ministra-la, deixando-a a cargo de outros servidores do NAE.

3.1 OFICINA PARA GRADUANDOS: 2º SEMESTRE DE 2012

Com a inauguração da nova sede do APESP, a equipe do NAE optou por oferecer, ainda no 2º semestre daquele ano, entre os dias 22 de setembro e 10 de novembro a oficina para graduandos “O(s) uso(s) de documentos de Arquivo na sala de aula”, com textos e metodologia adaptados da oficina ofertada em 2010. (NAE, 2012)¹⁸

¹⁸ As oficinas do NAE, em geral, são oferecidas no que se convencionou chamar “pela capacidade”, isto é, são ofertadas de acordo com a disponibilidade técnica e logística da equipe e não pela demanda.

Diferentemente da ocasião anterior, em que as inscrições estavam vinculadas à cada universidade, numa espécie de “cotização” das vagas de acordo com a instituição a que pertencia cada estudante, as inscrições foram abertas a qualquer graduando em História ou áreas afins, com estas ocorrendo inicialmente de forma eletrônica para que, somente depois, os selecionados comparecessem à sede do APESP para a realização da matrícula.

Segundo o relatório específico dessa oficina – mais detalhado que o relatório anual do CDAP – foram 190 inscritos de 30 instituições de ensino superior diferentes, com destaque para a Universidade de São Paulo (USP) e para a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), as quais responderam juntas por mais de 70 inscritos. Foram disponibilizadas 30 vagas e 25 alunos se matricularam, sendo 22 graduandos de História, 2 de Filosofia e 1 de Pedagogia.¹⁹ (APESP, 2012c).

Apenas 11 alunos concluíram a oficina, que exigia, como trabalho final, uma proposta de trabalho para a sala de aula utilizando a metodologia desenvolvida ao longo do curso. Ao término da oficina os graduandos preencheram um questionário de avaliação da oficina composto por quatro itens centrais, sendo os três primeiros: estrutura, proposta e atuação dos profissionais.

O primeiro desses itens dizia respeito à estrutura da oficina, considerando itens como divulgação, inscrição, processo seletivo e apostilas/materiais²⁰. Os resultados concernentes a ele são facilmente considerados satisfatórios, visto que 80% dos concluintes atribuiu conceitos “Bom” ou “Excelentes” a esse quesito no questionário, um indicativo de que as instalações recém-inauguradas, a praticidade da inscrição online e a distribuição gratuita do material de estudo foram uma boa escolha na hora de ofertar o curso.

Adentrando os aspectos pedagógicos da oficina, foi solicitado aos concluintes que respondessem o que acharam da proposta da oficina, aqui

¹⁹ Cabe ressaltar que os critérios de seleção, em ordem decrescente foram: a) graduando de curso de licenciatura; b) maior número de semestres cursados; c) graduandos em História e d) maior idade. A esses critérios se junta a menção presente na chamada de inscrições que indicava a intenção do núcleo de atender ao maior número possível de instituições de ensino, razão pela qual alguns graduandos da USP e da UNIFESP foram chamados apenas em 2ª chamada.

²⁰ As discussões da oficina eram subsidiadas por textos teóricos na maioria dos encontros e, para isso, eram distribuídos aos alunos apostilas com os materiais teóricos e com algumas reproduções de documentos a serem utilizadas nas partes práticas. Uma preocupação da equipe foi a de evitar problemas com direitos autorais, razão pela qual só foram entregues reproduções de textos disponíveis na internet.

englobando aspectos como o tema das aulas, o tempo destinado às atividades, os kits pedagógicos temáticos²¹, a bibliografia do curso, a proposta de trabalho final e os critérios de avaliação.²² Com quase 90% de aprovação, a proposta da oficina revelou-se pertinente aos olhos dos graduandos, com nenhum deles avaliando-a como “Ruim”, resultado mais que satisfatório e indicativo de que as linhas gerais do curso estavam, desde a primeira oferta, bem delineadas.

Resultado mais positivo ainda foi obtido no terceiro item, relacionado à atuação dos profissionais. Nesse item foi pedido que avaliassem a atuação dos professores no que se refere à condução das propostas e à clareza e objetividade das aulas, além de ser avaliada, também, a visita monitorada como um todo, isto é, quanto à sua pertinência em si e à atuação dos profissionais do NAE que mediaram essa parte do curso.

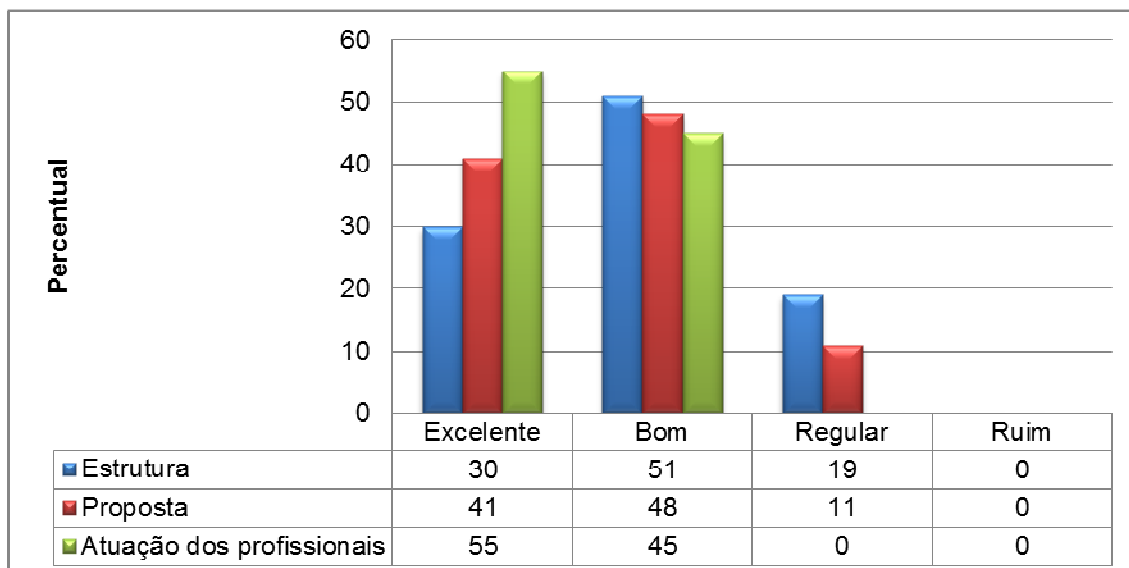


Gráfico 8: Avaliação da oficina pelos alunos – Graduandos (%): 2/2012
Fonte: APESP, 2012c

Agrupando os três itens, observa-se que houve certa homogeneidade nos resultados alcançados. De maneira geral, nenhum item foi avaliado positivamente por menos de 80% dos graduandos, com destaque para a atuação dos profissionais, que obteve 55% de “Excelente”.

²¹ Pensando naqueles que não teriam disponibilidade de pesquisar em arquivos documentos para o trabalho final da oficina, isto é, a Sequência Didática Final, foram disponibilizados “kits” temáticos com reproduções de documentos variados do acervo do APESP, agrupados por tema.

²² Os cursistas tinham que entregar atividades parciais e um trabalho final. Para além dessas atividades, um pequeno percentual da nota final era vinculado à participação e à assiduidade aos encontros.

Encerrando a avaliação, os participantes deveriam indicar as contribuições que a oficina trouxe individualmente para eles a partir de elementos pré-indicados pela equipe, com a liberdade de acrescentar outros não contemplados pelo questionário.

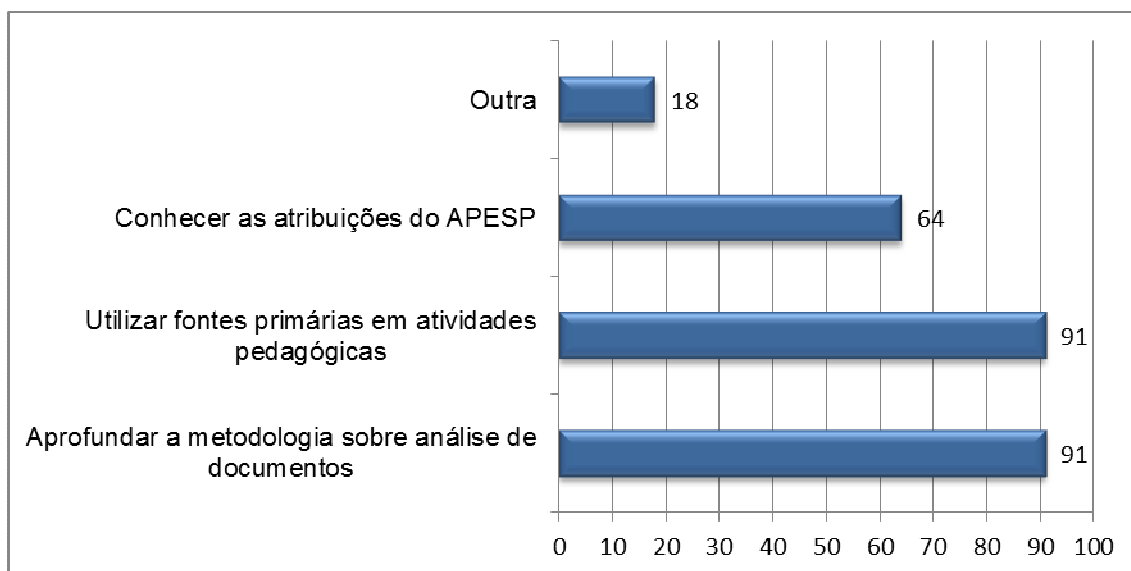


Gráfico 9: Contribuições da oficina para os alunos – Graduandos (%): 2/2012
Fonte: APESP, 2012c

Os resultados indicaram que não só utilizar documentos de Arquivo em sala de aula como também aprofundar a capacidade de análise de documentos desse tipo foram as maiores contribuições do curso para o aluno, seguidas pela oportunidade de conhecer o APESP.

3.2. OFICINA PARA GRADUANDOS: 1º SEMESTRE DE 2013

No início de 2013 o NAE voltou a oferecer o curso sobre documentos em sala de aula, desta vez a partir de um convênio com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) do campus de Guarulhos para os graduandos do curso de História. O início das tratativas para a realização do convênio data de 2010, mas por razões de ordem burocrática, em razão das instituições pertencerem a duas esferas administrativas diferentes, o convênio foi celebrado somente em 2012, prevendo a oferta de duas oficinas: uma em 2013 e outra em 2014, ambas no primeiro semestre

de cada ano, cabendo à Unifesp a responsabilidade de selecionar os alunos segundo critérios próprios.²³

Foram disponibilizadas 30 vagas, apesar de apenas 27 se maticularem.²⁴ Destes, 26 iniciaram o curso e 24 concluíram-no, o que significa uma taxa de conclusão de 90%, muito superior às obtidas pelas demais oficinas oferecidas. Ao final da oficina, assim como na edição anterior, foi solicitado aos graduandos que avaliassem o trabalho como um todo, novamente a partir de quatro eixos:

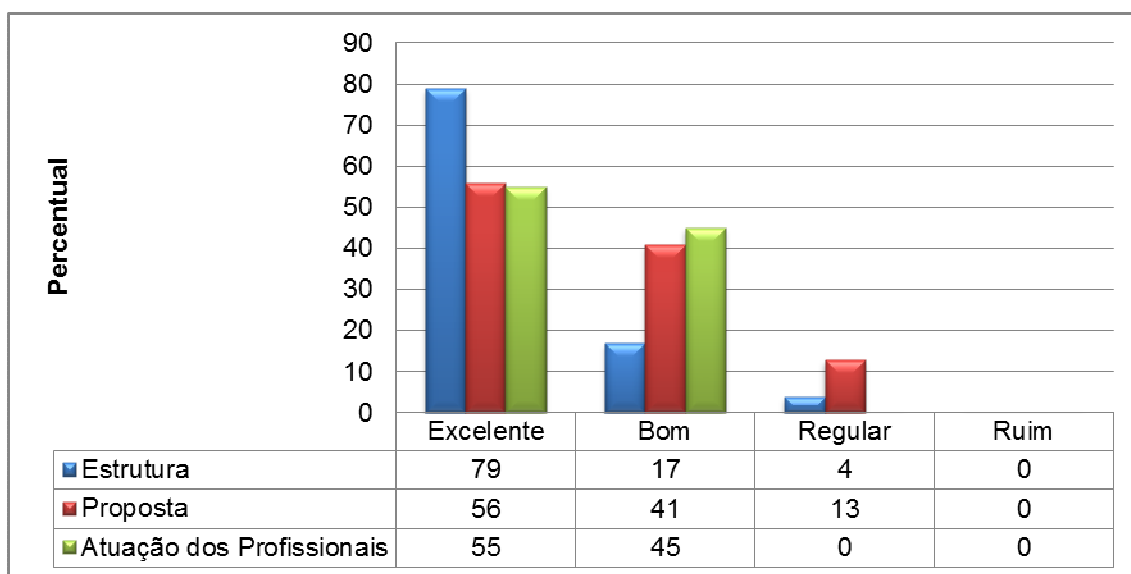


Gráfico 10: Avaliação da oficina pelos alunos – Graduandos (%): 1/2013
Fonte: APESP, 2013c

Os resultados obtidos na avaliação do curso de 2013 demonstram um expressivo avanço nos itens “estrutura” e “proposta” e não só obtiveram mais de 90% de “Excelente” e “Bom” como também aumentaram também o percentual de “excelentes” em relação ao curso anterior. Quanto às contribuições que o curso deu aos alunos, eles assim responderam à avaliação:

²³ No decorrer do processo de elaboração do curso duas universidades, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Universidade do Estado de São Paulo (USP) entraram em contato com o NAE através de seus professores de prática de ensino do curso de História no sentido de também participarem do curso. Depois de seguidas reuniões, envolvendo também o professor da Unifesp responsável pelos alunos daquela universidade, decidiu-se que PUC/SP e USP teriam direito a cinco vagas cada uma, cabendo à Unifesp 20 vagas. Cf. APESP, 2013c

²⁴ A USP indicou cinco alunos para a matrícula. Porém, destes apenas dois compareceram à sede do APESP para efetivar a matrícula. Possivelmente em razão do cronograma de inscrições funcionar em razão do convênio com a Unifesp, não houve tempo hábil para que fosse possível solicitar novos indicados à USP, sob pena de atrapalhar a logística de funcionamento do curso.

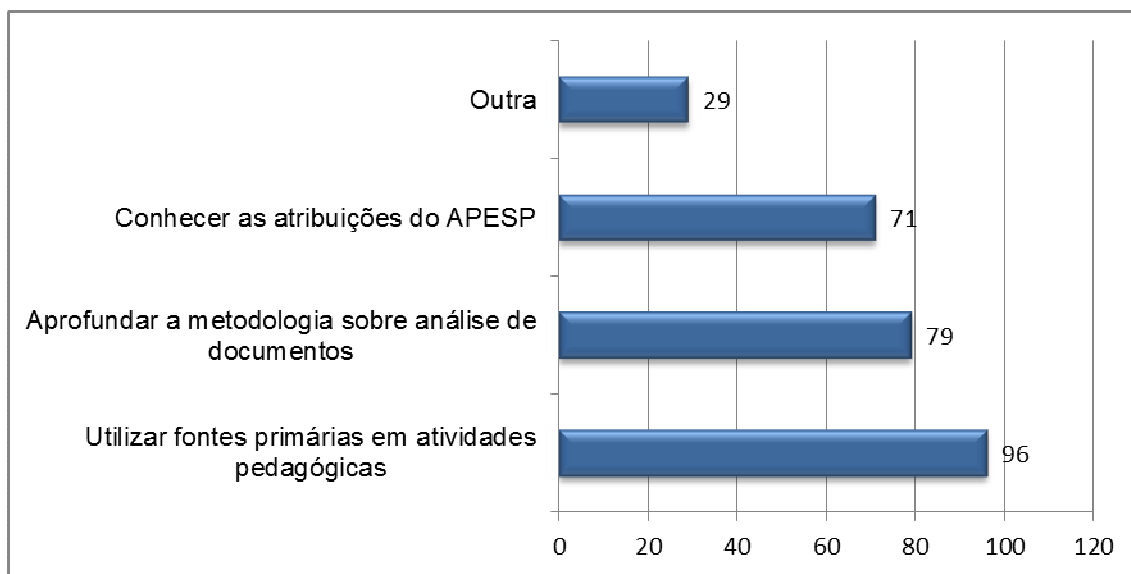


Gráfico 11: Contribuições da oficina para os alunos – Graduandos (%): 1/2013
Fonte: APESP, 2013c

Destaca-se no gráfico 11 o alto percentual concernente à utilização de fontes primárias em atividades pedagógicas em relação às demais opções, o que pode ser interpretado como um indício de uma maior focalização do curso no que se refere à sala de aula em detrimento da análise de documentos ou de conhecer o APESP, aspectos importantes, sim, mas que são secundários em relação à metodologia proposta para o trabalho em sala de aula.

3.3. OFICINA PARA PROFESSORES: 1º SEMESTRE DE 2013

Por fim, ainda no 1º semestre de 2013, concomitante à ofertada aos graduandos, a equipe ofereceu a primeira oficina para professores, desta vez durante a semana, com 12 encontros semanais, totalizando 40 horas de curso.²⁵

A divulgação foi realizada principalmente por meio eletrônico: *banner* no site do APESP, *banner* no site da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores da Secretaria de Educação (EFAP/SEE)²⁶, notícia sobre a abertura de

²⁵ A primeira oficina para graduandos teve a carga horária de 40 horas. Na avaliação, alguns cursistas ponderaram sobre a “intensidade” do curso e o grande número de tarefas extraclasse. Na oficina de 2013, para graduandos, a carga horária foi modificada para 50 horas. A dos professores, porém, manteve-se com 40 horas pelo fato de a proposta de reconhecimento do curso, para posterior aproveitamento para a evolução funcional daqueles pertencentes à rede estadual de ensino ter indicado essa carga horária, a qual foi ampliada para 50 horas nas oficinas seguintes.

²⁶ A divulgação no site da EFAP e da própria SEE ocorreu em decorrência da entrega do pedido de autorização/reconhecimento da oficina para que ela pudesse ser utilizada para a evolução funcional dos professores. A autorização/reconhecimento foi concedida por Portaria do Coordenador da EFAP

inscrições para a Oficina, e-mail destinado a diversas instituições de ensino superior, ensino básico, pesquisadores e pessoas físicas cadastradas no NAE.

Poderiam se inscrever na oficina pedagógica graduados em História ou nas demais áreas das Ciências Humanas que estivessem em efetivo exercício nas redes públicas ou particular de ensino, nas disciplinas de sua formação ou em áreas correlatas. Também poderiam se inscrever profissionais ligados a Arquivos, Museus e congêneres, desde que observada a distribuição de vagas abaixo

Tabela 1 - Distribuição de Vagas – Professores 1/2013

Público	Vagas
Professores da rede pública estadual de ensino	25
Professores da rede pública federal e municipal de ensino	10
Professores da rede particular de ensino	10
Profissionais de Arquivos, Museus e afins	05
TOTAL	50

Fonte: APESP, 2013b

No total, 83 pessoas se inscreveram de escolas públicas, particulares e instituições arquivísticas e museológicas ou afins, sendo observadas também algumas inscrições que não se encaixavam no perfil do público-alvo, as quais foram classificadas como “Outros”, conforme podemos notar na tabela abaixo:

Tabela 2 - Quantidade de Inscritos – Professores: 1/2013

Instituição de origem	Quantidade	%
Escola da rede pública estadual de ensino	41	49,40
Escola da rede pública federal e municipal de ensino	12	14,46
Escola da rede particular de ensino	20	24,10
Arquivos, Museus e Afins	2	2,41
Outros	8	9,64
TOTAL	83	100

Fonte: APESP, 2013d

A quantidade de inscritos superou em 66% o número de vagas ofertadas (50), com profissionais da rede pública estadual compondo a maioria dos inscritos (49,4%), seguidos pelos oriundos da rede particular (24,1%) e depois pelos da rede municipal/federal de ensino (14,45%), além dos 12,05% de inscritos que não se

de 30/04/2013 e publicada na página 53 do caderno Executivo I do Diário Oficial do Estado de São Paulo do dia 01/05/2013. Já a homologação ocorreu por meio da Portaria do Coordenador da EFAP de 21/08/2013 e publicada na página 57 do caderno Executivo I do Diário Oficial do Estado de São Paulo de 22/08/2013.

encaixavam no perfil da oficina, alguns pelo fato de não estarem vinculados a alguma instituição de ensino ou arquivística e afins e outros por não terem formação compatível com a área de Ciência Humanas. De todos os convocados²⁷, 21 confirmaram o interesse pelo curso e realizaram a matrícula.

O perfil geográfico dos matriculados não fugiu muito do esperado por nossa equipe e, entre os matriculados, os residentes da capital estadual foram a grande maioria, correspondendo a mais de 70% dos matriculados, ou seja, 16 cursistas. Os outros 5 matriculados foram oriundos de município da Região Metropolitana de São Paulo, como pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3 – Perfil geográfico dos matriculados – Professores: 1/2013

Município	Quantidade	%
São Paulo	16	72,73
São Caetano do Sul	2	9,09
Guarulhos	1	4,55
Itaquaquecetuba	1	4,55
Santana de Parnaíba	1	4,55
Santo André	1	4,55
TOTAL	22	100

Fonte: APESP, 2013d

Tendo em vista o horário de oferta da oficina, é compreensível o fato de a maioria dos matriculados ser de São Paulo, fato motivador, inclusive, da proposta de uma oficina no formato EAD, a qual priorizou, no momento da seleção, candidatos que não residissem no município de São Paulo/SP (APESP, 2013e).

No que se refere à formação acadêmica dos que se matricularam na oficina, foi observada uma esperada predominância de graduados em História. Contudo, o fato de que, de acordo com o gráfico 13, 32% dos matriculados possuíam outra formação foi visto como algo positivo pela equipe docente e atendeu às expectativas de quando foi definido o público-alvo da oficina.

²⁷ A seleção buscou contemplar os diversos perfis existentes de profissionais do magistério e de instituição relacionadas ao patrimônio cultural. Para isso, adotou o seguinte critério de seleção: a) Maior tempo de conclusão da graduação, considerando-se apenas a utilizada para a inscrição; b) Maior idade; c) Na hipótese do não preenchimento das vagas por um dos perfis acima, elas serão redistribuídas para os professores da rede pública estadual de ensino e, depois, para as redes federal e municipal de ensino, respectivamente, até que sejam ocupadas todas as vagas oferecidas.

Tabela 4 – Perfil acadêmico dos inscritos – Professores: 1/2013

Área de formação	Quantidade	%
História	15	68,18
Geografia	2	9,09
Letras	2	9,09
Ciências Sociais	1	4,55
Filosofia	1	4,55
Pedagogia	1	4,55
TOTAL	22	100

Fonte: APESP, 2013d

Dos 22 matriculados, 19 começaram a oficina e, ao final do curso, 13 chegaram ao final dela. Destes, 12 entregaram o trabalho final e concluíram-na com êxito.

Foi solicitado aos concluintes que avaliassem a oficina a partir de um questionário objetivo que, em seus últimos tópicos, abria a possibilidade do cursista apontar os pontos fortes e eventuais oportunidades de melhoria para a oficina. A avaliação não era obrigatória e, destes, 10 concordaram em fazê-la. Nos itens a serem analisados os candidatos deveriam atribuir um conceito “Excelente”, “Bom”, “Regular” ou “Ruim”. No primeiro item, “Aspectos Gerais da Oficina”, foi solicitado que avaliassem: divulgação, inscrição, critérios de seleção e carga horária e instalações.

Os cursistas avaliaram também os denominados “Aspectos Pedagógicos Gerais” da oficina, compostos por “Temática/Proposta da Oficina”, “Adequação aos objetivos do curso”, “Grau de profundidade do curso”, “Apostila e textos complementares”, “Atuação dos Professores”, “Critérios de Avaliação” e “Visita Monitorada”.

Outro ponto avaliado pelos participantes foi, de maneira geral, a qualidade e/ou pertinência das unidades temáticas atribuindo os conceitos já citados a cada uma delas.²⁸ Além disso, eles deveriam avaliar um aspecto importante da oficina: a exigência de uma sequência didática como trabalho final para a obtenção do certificado²⁹, bem como as tarefas relacionadas à sua construção através dos

²⁸ As unidades temáticas foram as seguintes: a) O Arquivo Público do Estado de São Paulo: histórico e funções atuais; b) Patrimônio histórico-documental e Sequências Didáticas; c) Documentos iconográficos e cartográficos como recurso pedagógico; d) Documentos textuais como recurso pedagógico; e) Periódicos como recurso pedagógico.

²⁹ Os trabalhos finais são disponibilizados no link do NAE presente no site do APESP.

seguintes itens: “Pertinência quanto à proposta da oficina”, “Prazo para a realização das tarefas”, “Orientação para a realização das tarefas”, “Devolutiva (*feedback*) das tarefas” e “Encontro Presencial Final”.

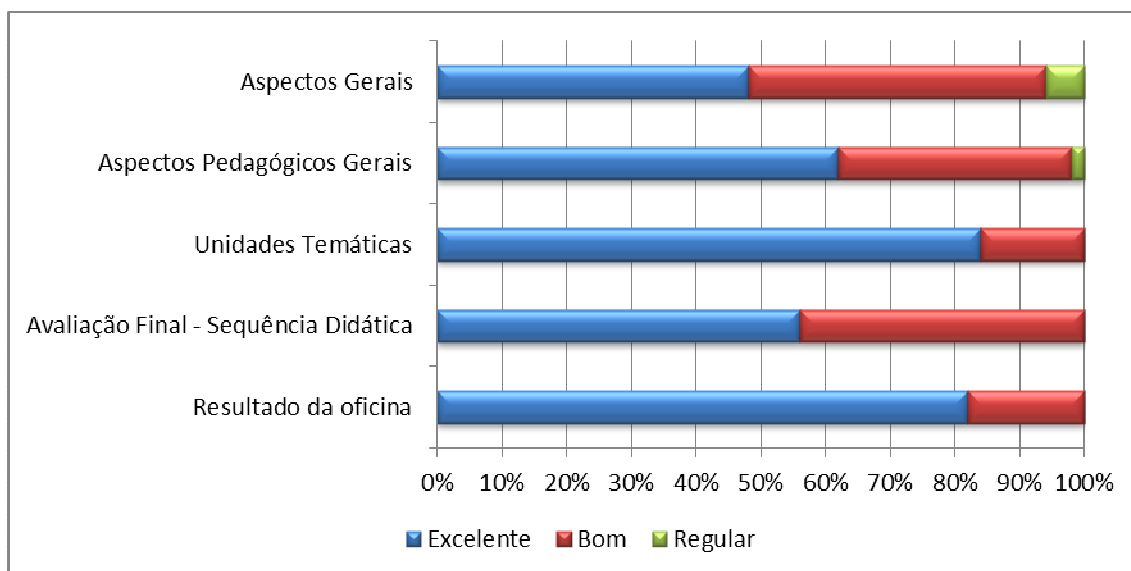


Gráfico 12: Avaliação da Oficina pelos alunos – Professores (%): 1/2013
Fonte: APESP, 2013d

Por fim, os participantes avaliaram os resultados da oficina na prática/compreensão do trabalho com documentos de Arquivos em sala de aula através dos seguintes itens: “Conhecer as atribuições do Arquivo Público do Estado de São Paulo”, “Conhecimentos sobre análise de documentos”, “Utilizar fontes diversas em sala de aula”, “Possibilidade de aplicação dos conhecimentos no trabalho”, “Intenção de aplicar no trabalho o que aprendeu na oficina”, “Probabilidade de melhorar seu desempenho no trabalho”.

De maneira geral, os índices obtidos foram todos superiores a 90% na junção dos conceitos “Excelente” e “Bom”. Três itens não obtiveram nenhuma menção “Regular” ou “Ruim” e o “Resultado da Oficina” obteve 82% de excelente, escore quase similar às “Unidades Temáticas”. Dessa maneira, as questões pedagógicas da oficina obtiveram uma avaliação excelente do ponto de vista de um curso livre para profissionais de nível superior completo, alguns inclusive pós-graduados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve com objetivo analisar os limites e possibilidades das oficinas pedagógicas para graduandos e professores como estratégia de difusão de acervos arquivísticos. Para tal, iniciamos o texto com uma breve introdução sobre o papel dos arquivos na sociedade para, em seguida, discorrermos sobre a função da difusão cultural em tais instituições.

No capítulo 2, avançando na discussão, procurou demonstrar o papel fulcral que a Ação Educativa tem para o Arquivo. Mais do que um mero acessório para o que “*realmente importa*”, isto é, a preservação dos documentos, o trabalho educativo deve ser entendido como uma estratégia central na aproximação entre Arquivo e sociedade, pois suas ações com o público só não têm um alcance ainda maior devido a limitações de ordem técnica como a falta de recursos materiais e humanos, visto que a demanda por atividades educativas pelos mais diversos públicos – estudantes, graduandos, professores, pesquisadores e sociedade em geral – é muito maior que a oferta proporcionada.

Finalmente, no capítulo 3 foram analisadas as primeiras oficinas presenciais oferecidas pela Ação Educativa do APESP até o 1º semestre de 2013. Como oportunidade de melhoria, vislumbra-se uma maior preocupação e consequente ação quanto à relação inscritos/matriculados, pois como o número de concluintes tende sempre a cair em relação aos matriculados, conseguir preencher todas as vagas disponibilizadas tende a aumentar o total de certificações e, por conseguinte, otimizar os recursos humanos e materiais empregados para a sua realização.³⁰

Não obstante, pôde ser verificado um índice de satisfação positivo parte do público atendido, assim como um paulatino processo de amadurecimento pedagógico e de avaliação/monitoramento e controle da atividade, com constantes

³⁰ No 2º semestre de 2013 foi ofertado um curso na modalidade EAD que obteve uma expressiva quantidade de inscritos: 1524 candidatos. Destinado prioritariamente a professores, teve 82 matriculados e 43 concluintes, revelando-se uma estratégia complementar – e de alcance geográfico maior – aos cursos presenciais. No planejamento do NAE para 2014 consta a previsão de mais dois cursos, totalizando 160 vagas, com ambos os cursos também valendo para a evolução funcional dos professores da SEE/SP e, depois de tratativas com a Prefeitura Municipal de São Paulo, para os vinculados à Secretaria Municipal de Educação de São Paulo também. A análise do EAD não foi incorporada a este trabalho devido à data avançada de sua finalização, em novembro/dezembro de 2013. Todavia, a julgar pelo noticiado no site do APESP, os resultados foram excelentes, visto que o curso foi bem avaliado por todos os concluintes. Cf. PRIMEIRA oficina EAD para professores termina bem avaliada por 100% dos participantes, 2013.

aperfeiçoamentos elaborados a partir dos questionários de avaliação preenchidos pelos concluintes.

Assim, pode-se afirmar que este trabalho atingiu seus objetivos, isto é, a partir de uma análise objetiva dos dados disponibilizados pelo APESP, demonstrar que as oficinas para professores e graduandos, ao compartilhar experiências em torno da documentação do acervo e, por meio de atividades práticas e discussões metodológicas, promover o debate sobre as diversas possibilidades de trabalho com fontes documentais em sala de aula, valoriza o papel do professor como produtor do conhecimento, e, mais importante, é um instrumento eficaz de difusão do patrimônio histórico-documental sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Relatório Anual do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa**. São Paulo, 2008.

_____. **Relatório Anual do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa**. São Paulo, 2009.

_____. **Relatório Anual do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa**. São Paulo, 2010.

_____. **Relatório Anual do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa**. São Paulo, 2011.

_____. **Relatório Anual do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa**. São Paulo, 2012a.

_____. Núcleo de Ação Educativa. **Processo seletivo para oficina para graduandos “O(s) uso(s) de documentos de arquivo na sala de aula”**. São Paulo, 2012b.

_____. Núcleo de Ação Educativa. **Relatório da Oficina: “O(s) uso(s) de documentos de arquivo na sala de aula” – 2012**. São Paulo, 2012c.

_____. Núcleo de Ação Educativa. **Curso de atualização na modalidade EAD para professores de História e áreas afins da Educação Básica**. 2013.

_____. Núcleo de Ação Educativa. **Processo seletivo para oficina para professores “O(s) uso(s) de documentos de arquivo na sala de aula”**. São Paulo, 2013b.

_____. Núcleo de Ação Educativa. **Relatório Final da Oficina para graduandos: “O(s) uso(s) de documentos de arquivo na sala de aula” – 1/2013**. São Paulo, 2013c.

_____. Núcleo de Ação Educativa. **Relatório Final da Oficina para professores: “O(s) uso(s) de documentos de arquivo na sala de aula” – 1/2013**. São Paulo, 2013d.

_____. Núcleo de Ação Educativa. **Curso de atualização na modalidade EAD para professores de História e áreas afins da Educação Básica**. São Paulo, 2013e.

_____. Núcleo de Ação Educativa. **Estatísticas de Acessos das Exposições Virtuais**. São Paulo, 2013f.

_____. **Histórico**. São Paulo. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/ins_historico.php>. Acesso em: 30 set. 2013.

BACELLAR, Carlos de A. P. Acesso á informação, direito à memória: os arquivos públicos em questão. **Cad. Pesq. Cdhis**. v. 25, n. 2, jul./dez., 2012.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver. **Arquivo e sociedade: experiências de ação educativa em Arquivos brasileiros (1980-2011)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

_____.; SILVA, Haike Roselane Kleber da. Difusão em Arquivos: Definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012.

BELLOTO, Heloísa L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. (Coleção Como Fazer, v. 8)

_____. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BRASIL, 2011. **Lei 12527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 30 set. 2013.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Qualis Periódicos**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>. Acesso em: 07 nov. 2013.

ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES PAULO RENATO DE SOUZA. **Portaria do Coordenador da EFAP de 30/04/2013, publicada na página 53 do caderno Executivo I do Diário Oficial do Estado de São Paulo do dia 01/05/2013**. São Paulo, 2013.

GOVERNO de SP inaugura nova sede do Arquivo Público do Estado. São Paulo, 20 jun. 2012. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/noticia_ver.php?id=342. Acesso em: 07 nov. 2013. (2012d)

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. **Sobre o Memorial**. Disponível em: http://www.memorialdaresistencia.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8&Itemid=14. Acesso em: 08 nov. 2013.

ROMANELLI, Cristina. Patrimônio em perigo – Especial Arquivos Públicos Estaduais. **Revista de História.com.br**. 23 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/em-dia/patrimonio-em-perigo-especial-arquivos-publicos-estaduais>>. Acesso em: 04 out. 2013.

PINTO, Luiz Fernando M. **Metro linear – unidade de medida ou vício de linguagem**. Disponível em: <http://xrepo01s.inmetro.gov.br/bitstream/10926/1797/1/Mirault3_2010.pdf>. Acesso em: 04 out. 2013.

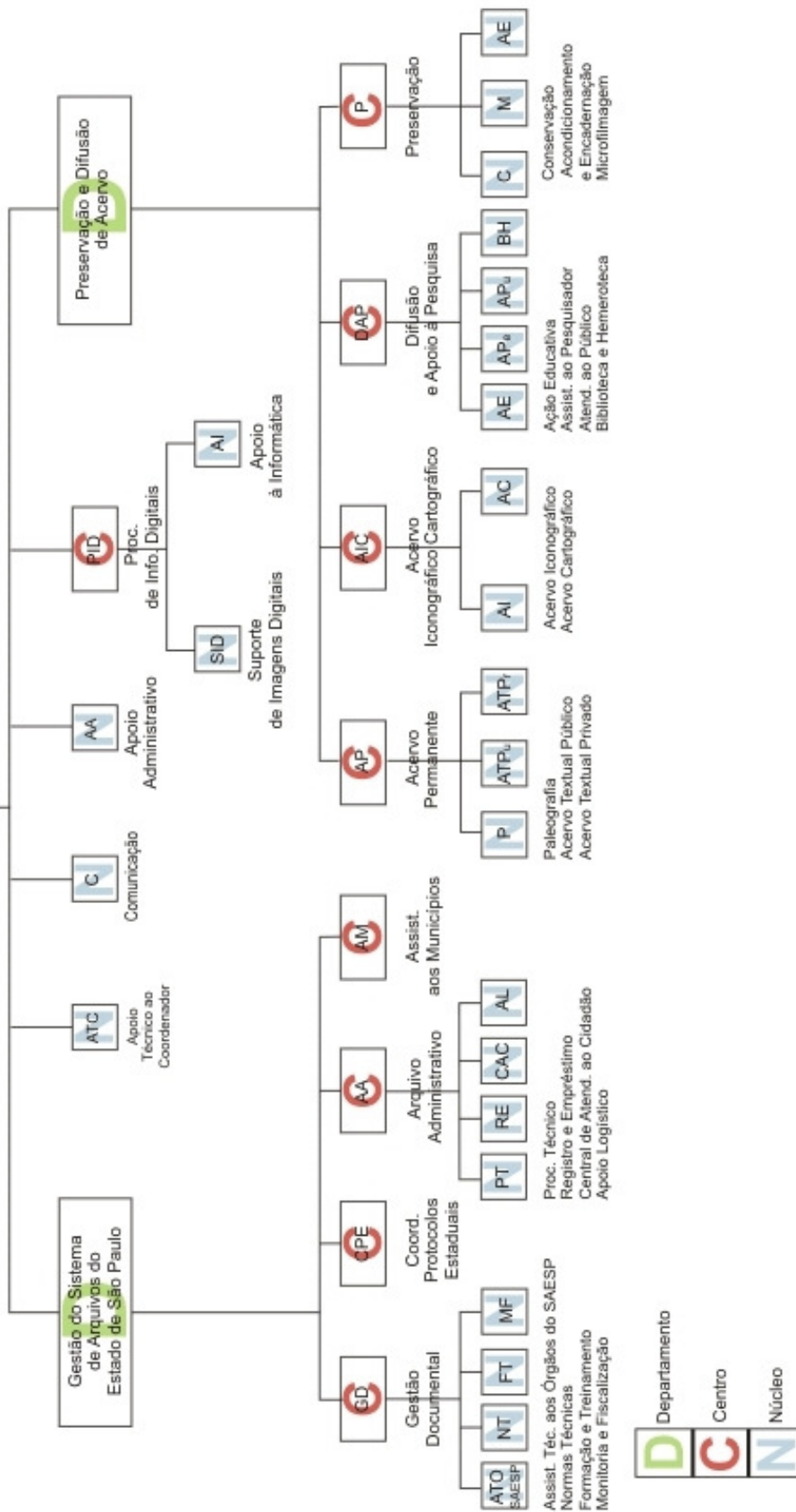
PRIMEIRA oficina EAD para professores termina bem avaliada por 100% dos participantes. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, 12 nov. 2013. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/noticia_ver.php?id=479. Acesso em 14 fev. 2014.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 54.276, de 27 de abril de 2009**. Reorganiza a Unidade do Arquivo Público do Estado, da Casa Civil, e dá providências correlatas.

ANEXO A – Organograma do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Arquivo Público do Estado de São Paulo Coordenadoria



O Núcleo de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo convida para a oficina:

O(S) USO(S) DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NA SALA DE AULA

Período: 23/04 a 13/06 (terças e quintas-feiras) | **Horário:** 14h00 às 17h00.

A Oficina para professores tem o objetivo de proporcionar aos participantes o contato prático com conjuntos documentais existentes em nosso acervo e também muni-los de elementos pertinentes para a construção do conhecimento em sala de aula, a partir do patrimônio arquivístico sob a guarda do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Vagas: 50
Gratuito

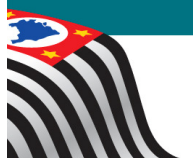
Conteúdo Programático

- O Arquivo Público do Estado de São Paulo: histórico e funções atuais
- Patrimônio histórico-documental e ensino de História
- Documentos textuais como recurso pedagógico
- Periódicos como recurso pedagógico
- Documentos iconográficos e cartográficos como recurso pedagógico
- Sequências didáticas no ensino de História

Carga horária: 40 horas.

Público-alvo: Graduados em História e Ciências Humanas que atuem na Educação Básica da rede pública ou particular de ensino e profissionais ligados a instituições arquivísticas, museológicas e afins.

Inscrições de 25/03 a 05/04/2013 pelo site do Arquivo Público do Estado de São Paulo http://www.arquivoestado.sp.gov.br/pdfs/processo_seletivo_oficina_professores.pdf



ANEXO C – Cartaz de divulgação unificado das oficinas para professores e para graduandos – 1º semestre de 2014

O Núcleo de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo convida professores e graduandos em História e Ciências Humanas para a oficina:

O(S)USO(S) DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO NA SALA DE AULA

Conteúdo Programático:

- O Arquivo Público do Estado de São Paulo: histórico e funções atuais
- Patrimônio histórico-documental
- Ensino de História e sequências didáticas
- Documentos iconográficos como recurso pedagógico
- Documentos cartográficos como recurso pedagógico
- Documentos textuais como recurso pedagógico
- Periódicos como recurso pedagógico

PROFESSORES

Período do curso: 16 de março a 01 de junho de 2014

Modalidade de ensino: EAD (Educação a Distância)

Encontros Presenciais: 29/03 ou 05/04, 31/05 ou 01/06

Carga horária total: 60 horas

Público alvo: graduandos em História e Ciências Humanas que atuem na Educação Básica da rede pública ou particular de ensino e profissionais ligados a instituições arquivísticas, museológicas e afins.

Vagas: 80

GRADUANDOS

Período do curso: 25 de março a 29 de maio de 2014.

Modalidade de ensino: presencial

Encontros: às terças e quintas-feiras, das 9h00 às 12h00

Carga horária total: 60 horas

Público alvo: graduandos em História e Ciências Humanas

Vagas: 45

GRATUITO

Inscrições a partir de 01 de fevereiro no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/oficina_pedagogica.php



Arquivo Público
DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO
Casa Civil